

Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local

Presuppositions for Educational Preparation in Local Development

Vicente Fideles de Ávila

Universidade Católica Dom Bosco

Resumo: Considerando a formação como a “pesquisa de (mais) formas” para compreensão do que significa desenvolvimento local, e a educação como processo de encaminhamento dos sentidos e valores pesquisados à respectiva práxis operacional, o texto focaliza, de um lado, pressupostos mais “formativos” (de experiência que marcou o autor a questões conceituais nebulosas) e, de outro, se conclui por quatro pressupostos mais “educativos”, sobre maneiras de ser e agir dos agentes externos do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Formação Educacional; Desenvolvimento Comunitário; Desenvolvimento Endógeno.

Abstract: Considering preparation as the “research for (more) preparatives” for the understanding of the significance of local development, and education as a process for the direction of senses and values researched as to the respective operational praxis, the text focuses, on one side, on the assumptions mostly “preparational” (an experience that impressed the author on indistinct conceptual questions) and, on the other, concluding with four presuppositions mostly “educational”, on the ways of being and acting of the external agents of local development.

Key words: Educational preparation; Community Development; Endogenous Development.

1. Formação e educação se entrelaçam

Estou com a impressão de que ao ler os títulos acima você esteja se perguntando: “mas, afinal, que significa formação educacional?” – De imediato lhe informo que, no meu ponto de vista, *formação* e *educação* andam sempre juntas, entrelaçadas, mas têm sentidos próprios.

Gosto muito de como Lotherellier (1974:56) descreve a “formação”:

“A formação é pesquisa de forma e não análise de elementos. Tudo é informe enquanto não é assumido por nós. Tudo ao nosso redor é ‘matéria prodigiosamente enorme, imperceptível, incerta, impessoal’. Todavia, esta realidade é a grande geradora de formas (...) A formação é o debate sobre as formas, sobre os modos de expressão (...) A formação é o trabalho sobre as formas que realizam uma existência e estas formas de existência, historicamente condicionadas, estão em reforma permanente, sob pena de não sobreviverem senão deformadas, esclerosadas, mortas, ultrapassadas”.

Etimologicamente, o termo “educar” vem de “*educare*” em latim, com a raiz comum de “*educere*”, em que “*e*” (= “de”, procedência) + “*ducere*” (= guiar, levar, conduzir) + “*ad*” (= “para”, indicando complemento de direção). Por sua vez, e referindo-se diretamente só ao verbo “*educare*”, Cunha (1994) assim define educação: “(...) processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança”. Daí concluo, juntando as duas coisas, que “educação” é o processo pelo qual

a criança, ou qualquer educando, guia-leva-conduz o desenvolvimento de sua capacidade física, intelectual, moral e (acrescento) social do estágio em que se encontra para outro mais aprimorado.

Numa visão bem sintética de entrelaçamento entre formação e educação, diria que a primeira se situa no patamar básico de busca, decifração, discernimento e incorporação de sentidos e valores de determinada realidade e a segunda, a educação, dá o passo-avante de a pessoa, no caso o educando, traduzir de fato esses sentidos e valores em rumos e procedimentos alternativos para o seu desenvolvimento físico, intelectual, moral e social. Portanto, formação e educação se complementam como fenômenos, vez que educação supõe formação como fundamento e formação precisa de educação para se concretizar na dinâmica existencial – individual e coletiva – das pessoas. Isso explica por que preferi a expressão “formação educacional para (...)” e não “formação e educação para (...)” no título geral.

Por outra, observo que a “realidade” à qual se refere a “formação educacional”, ainda no título geral, é o “desenvolvimento local”. Em vista disto, o que me proponho nesta matéria se circunscreve à pretensão de “pesquisa de (mais) formas” ou busca, decifração, discernimento e incorporação conceitual dessa realidade que se vem denominando desenvolvimento local, evidentemente

procurando, neste primeiro momento, me ater aos *pressupostos* de como entender melhor o que de fato significa isso. Ao final, apresento quatro *pressupostos* mais diretamente concernentes à práxis educacional decorrente, cômico de que essa temática é muito complexa para se comprimir no espaço de que ora disponho.

2. Experiência que me marcou no final dos anos 60

De 1968 a 1971, me envolvi na liderança de uma experiência de “desenvolvimento comunitário” (pelo menos muito parecida com o que hoje se entende por “desenvolvimento local”), no distrito denominado Pratinha do Município de Guaranésia, sudoeste de Minas Gerais, região fronteira com o Estado de São Paulo.

Acentuando apenas os pontos principais dessa vivência, ao chegar pela primeira vez à sede do distrito tive a sensação de completo desolamento. Notei que o mesmo havia sido esvaziado em termos dos tradicionais meios de subsistência e até de população com algum tipo de perspectiva e potencial explícito de ação inovadora. O meio-ambiente se apresentava literalmente depredado, como toda a região sul-mineira, em razão do cultivo braçal do café. Principalmente do final do século XIX até as quatro primeiras dezenas do século XX, as matas nativas e os cerrados haviam sido consumidos, a machado e fogo, e o café cedera lugar a amplas pastagens – pela exaustão produtiva da terra –, embora a pecuária predominante, a bovina, restasse ainda na era do “velho carro-de-boi” ou, no máximo, do “caminhão-do-leite” como dinamizadores da sobrevivência econômica local.

Em decorrência, a população mais ativa migrara-se para a região chamada, popularmente, “terra roxa”, encravada nos limites do norte paranaense com os do sudoeste paulista, deixando para trás, no distrito da Pratinha, as pessoas mais idosas e aqueles poucos jovens que não se encorajaram ao desbravamento da ainda inóspita “terra roxa”.

Todavia, com a política acontecia exatamente o inverso, visto que a tradicional “política de cabresto” acabou se fortalecendo

com o empobrecimento do distrito. A título de exemplo, apenas um patriarca familiar local, que sequer se considerava grande fazendeiro, conseguia “cabrestar” os votos de quase todos os eleitores do distrito para um comerciante radicado na sede do Município, a dezenove quilômetros, e ao longo dos últimos trinta anos ninguém do local havia se candidatado a vereador.

O Grupo Escolar era estadual, mas com os poucos livros recebidos do Instituto Nacional do Livro (INL) trancados numa estante com porta de vidro e conservados intactos (sem uso) para “impressionar” a supervisão escolar, que ocasionalmente por lá passava. Aliás, não consegui detectar nenhum adolescente, da comunidade residente no território do distrito, matriculado no Curso Ginásial, na sede do município ou em outra cidade próxima, já que o Grupo Escolar mal conduzia os alunos até o final do Curso Primário.

Em termos de liderança comunitária, cinco pessoas se destacavam: uma senhora que mandava em tudo o que dizia respeito à igreja e ao cemitério local; um senhor cuja opinião, na condição de cartorário e pregoeiro oficial do lugar, prevalecia sempre nos agrupamentos de que participava; o patriarca político a respeito do qual falei anteriormente; o dono da linha-de-leite, com sua esposa e filho, os quais, embora recém-chegados e muito humildes, não se conformavam com o atraso do distrito; e um senhor na faixa dos quase quarenta anos, casado e com filhos já ultrapassando a idade escolar, que também se incomodava intensamente com a absoluta falta de oportunidade, de toda ordem e para todos os habitantes. Havia, portanto, duas lideranças positivas latentes e três negativas, estas no controle de toda a situação, razão pela qual qualquer pretensão de mudanças na vida local seria impossível se tratada no ambiente fechado das lideranças. Comecei, então, a abrir espaço nos eventos religiosos, aos quais acorria muita gente, para que quem quisesse colocar e discutir questões, problemas e necessidades da comunidade que o fizesse em público, já que ali inclusive as lideranças negativas tinham todo o direito de se manifestar mas sem inibirem ou anularem as oportunidades dos demais, indistintamente se eles se expressassem bem ou mal.

Tive, ainda, a preocupação de cuidar para que o clima comunitário nunca hostilizasse ou sequer sensibilizasse as lideranças negativas, entendendo que isso as transformaria em forças de resistência e até motivo de opressão externa dado que estávamos em pleno auge da ditadura militar, que durou de 1964 a 1984, avessa a qualquer tipo de mobilização social de base.

Conseqüentemente, tudo começou “devagar-e-sempre”, isto é, obedecendo ao ritmo típico da comunidade no sentido de se conscientizar de que grande parte das soluções aos problemas mais básicos da localidade dependia da mobilização, organização e ação da própria comunidade. O primeiro e grande passo dado foi o do surgimento de um “conselho comunitário” em momento de acalorada discussão, na igreja lotada, sobre como a comunidade se organizaria para pensar e agir como tal. Aquele senhor de cerca de quarenta anos, a que me referi atrás como liderança positiva latente, propôs a formação do conselho e de imediato foi aclamado presidente do mesmo.

Daí para a frente, as coisas começaram a fluir primeiro com certa lentidão, até que esse conselho de fato se consolidasse em termos de liderança coletivo-comunitária, e depois em ritmo tão acelerado que até a mim me surpreendia. Mesmo deixando para outra ocasião a descrição metodológica – aliás extremamente interessante – de como se alcançou cada resultado da ação comunitária, ao final do quarto ano de “auto/reflexão-mobilização-ação-reflexão”, a comunidade distrital havia conseguido, por seus próprios méritos e esforços bem como pelo mínimo indispensável de ajuda externa, resultados concretos como os de:

- fazer surgir do nada uma “escolinha” (assim chamada porque ninguém achou necessário colocar nome algum na mesma) para crianças pequenas, de três a seis anos, inteiramente assumida, mantida e conduzida pela comunidade;
- colocar vinte e um adolescentes no Curso Ginásial do Colégio Estadual da sede do município: a comunidade pressionou a prefeitura para fornecer o combustível; o proprietário da linha-de-leite adquiriu primeiro um jeep e depois o trocou por um ônibus velho para o transporte; os pais, não

querendo que tudo lhes viesse de graça, se cotizaram para o pagamento do serviço de transporte; duas adolescentes (mocinhas já) do grupo que freqüentava o Curso Ginásial se prepararam e assumiram o funcionamento da “escolinha” acima referida;

- construir um galpão público para a realização de eventos comunitários: festas de igreja, festas juninas, casamentos, bailes, campanhas, reuniões, etc.;
- reformar a igreja que estava ruindo, a qual na ótica deles constituía uma espécie de monumento de referência básica e agregação de toda a comunidade, ou seja, senti que a igreja (templo) era tida como patrimônio da própria comunidade e não da Igreja (como instituição religiosa);
- sensibilizar-se, organizar-se e mobilizar-se no tocante à ação política: nas eleições para prefeitos e vereadores ocorridas no período (se não me engano em 1970), a comunidade negociou a candidatura de um representante seu para vereador e todos os eleitores do distrito votaram nele, sem exceção; em decorrência, ou seja, pela regra da proporcionalidade de votos, esse foi o vereador considerado mais votado, razão pela qual se tornou presidente da Câmara de Vereadores e, pouco tempo depois, prefeito do município, vez que seu poder de pressão política, escudado pela totalidade de votos da comunidade do distrito, ocasionou a renúncia tanto do prefeito quanto do seu vice;
- tornar rotinas de fins-de-semana e feriados eventos como gincanas esportivas, cursos de orientação para casais, encontros de jovens e similares;
- montar, na casa do presidente do conselho, uma espécie de posto de saúde para atendimentos urgentes, triagens básicas e encaminhamentos de doentes aos hospitais, clínicas e médicos das cidades mais próximas: o casal foi preparado para isto com a ajuda de um médico e sua esposa que se dispuseram a lhe ensinar como medir a pressão arterial, reconhecer e triar medicamentos, prestar os primeiros socorros em diversas situações, prevenir contra a verminose, e assim por diante, notando-se que a única forma de recompensa, da parte do casal, consistia no reconhecimento comunitário pelos

benefícios que seu trabalho começou a gerar de imediato.

Não pensem que esses resultados, por mais simples que pareçam, foram conseguidos com facilidade. Pelo contrário, as longas e interessantes histórias metodológicas – em termos de “mobilização/concepção”, “mobilização/planejamento” e “mobilização/ação” – das atividades comunitárias, que culminaram nos resultados acima, ultrapassaram em muito os limites desta matéria, razão pela qual as deixo para outras ocasiões, caso interessem. Mas o fato é que essa vivência me marca profundamente até hoje.

3. Procurando me situar no tempo sobre Desenvolvimento Local

A experiência, supra, muito tem contribuído para a minha compreensão do que se vem denominando “desenvolvimento local”, embora à época sequer se falasse nisso em termos mundiais e muito menos de Brasil. O máximo que se descortinava, inclusive no cenário mundial e por pressão de estratégias desenvolvimentistas providas unilateralmente de cima para baixo (dos organismos internacionais como ONU, UNESCO, BID, BIRD, USAID, FMI e outros) eram ainda os acenos ao chamado “desenvolvimento regional”, verdadeira “coqueluche” do final dos anos 70 e de toda a década de 80 do século XX.

Nos anos 60/70 se investiu muito em macroestratégias para melhorias de condições infra-estruturais dos países subdesenvolvidos, como o nosso, mas gerando efeitos na verdade totalmente contrários ao desenvolvimento de fato capilarizado no âmbito de nossa base populacional: os investimentos financeiros geridos arbitrariamente concentraram a economia em áreas e pessoas privilegiadas, sobrando ao resto da população o pesadíssimo jugo da dívida com suas amargas e indelévels conseqüências de deteriorização social. Daí em diante, principalmente a partir de meados dos anos 80, se começou a pensar, inclusive no Brasil, em estratégias governamentais de desenvolvimento regional, época em que se imaginava a hipótese da “regionalização” até de nossas universidades.

Entretanto, e aquém dos círculos economistas que se prendiam a “estratégias

globais” – nacionais ou regionais – e não às dinâmicas interativas locais de desenvolvimento, em 1985 já se iniciou no Brasil a discussão da comunitarização do desenvolvimento, em níveis municipal e submunicipal, no contexto de descentralização da educação escolar e dos serviços sociais básicos, afetos diretamente a contingentes populacionais concretamente localizados. Portanto, na contramão da política oficial, o que se tentava era gerar a consciência de que as funções dos governos (federal e estaduais) não são as de resolver os problemas, necessidades e aspirações das comunidades em seu próprio *habitat*, mas sim as de estimulá-las, apoiá-las e ajudá-las no sentido de que elas mesmas se despertem, se mobilizem e desabrochem suas potencialidades de evolução qualitativo-quantitativa de vida, cada uma de acordo com suas peculiaridades e performances, bem como em indissociável harmonia interativo-evolutiva com as dinâmicas dos fatores mesológicos ou condições culturais, sociais, ambientais e materiais de sua concreta existência¹.

Em termos de ação governamental federal, nunca tinha ouvido falar em alguma política sequer parecida com a de desenvolvimento local até que nos últimos meses de 1998 e meados de 1999 lideranças políticas, do próprio circuito governamental, levantaram a bandeira, e a difundiram por todos os meios de comunicação, do “combate imediato à extrema pobreza” que se alastra pelo país, cuja gravidade não mais poderia esperar – na opinião das mesmas – por efeitos macroeconômicos de médio ou longo prazo. Esse contexto levou o governo a criar, em regime de emergência, o chamado “Programa Comunidade Ativa”, vinculado ao pré-existente e mais abrangente “Programa Comunidade Solidária” (coordenado pela Primeira Dama, Prof^a Dr^a Ruth Cardoso), como estratégia para instituir e implementar, em municípios para isto triados em todo o Brasil, o assim chamado “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)”, envolvendo o governo federal, os governos estaduais, as prefeituras municipais e o SEBRAE. Pois bem, o “Programa Comunidade Ativa” foi lançado pelo Presidente da República em julho de 1999, prevendo a implantação do DLIS para outubro, mas já sendo comunicado

e divulgado, por ofício de 12/07/99 da Secretária de Gestão do Ministério do Orçamento e Gestão, que “a UNESCO está promovendo a ‘Primeira Seleção de Projeto’ para capacitação das lideranças comunitárias locais”, informando inclusive que o “Termo de Referência” modelo para os referidos projetos já se encontrava na *home page* da UNESCO.

Segundo o folheto de divulgação do “Programa Comunidade Ativa”, ao deflagrar o processo de “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável”, “a idéia é estimular o surgimento de comunidades que caminhem com as próprias pernas”. A idéia é excelente, mas será de fato colocada em prática? – É o que veremos daqui a alguns anos. Por ora, só antevejo a seguinte hipótese em relação ao sucesso do DLIS: se realmente funcionar de acordo com a idéia acima, contribuirá enormemente para a implementação do autêntico desenvolvimento local país a fora; se assim não funcionar, colocará sob suspeita quaisquer outras iniciativas que se refiram a desenvolvimento local nas comunidades afetadas.

Todavia, e pelo que sei, esse enfoque de desenvolvimento só começou a merecer espaço em nosso ambiente universitário a partir de 1996, através do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, que promoveu um “Curso sobre Desenvolvimento Local”, em outubro desse ano, ministrado por professores, dentre eles o Prof. José Carpio Martín, da área de Geografia Humana da Universidade Complutense de Madri. Além dos desdobramentos desse curso em atividades e projetos de pesquisa pelos respectivos alunos de várias regiões do país, foi através de um doutorando da UCDB na USP que surgiu a inspiração de institucionalização do “Programa de Desenvolvimento Local” na Universidade Católica Dom Bosco, em convênio assinado com a mesma Universidade Complutense de Madri em 1998, a qual já está propiciando a formação de nossos doutorandos em Desenvolvimento Local e prestando inestimável colaboração para o funcionamento do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local já instalado na UCDB.

Quanto ao interesse da Europa pelo desenvolvimento local, José Carpio Martín assim o sintetiza no texto já mencionado: “El

interés de los expertos europeos por el Desarrollo Local se puede seguir desde hace unos veinte años, aunque en los momentos actuales, el echo relevante es la unanimidad en la utilidad y oportunidad insustituible del Desarrollo Local”. Por outra, “El Desarrollo Local es comúnmente aceptado en Europa como una estrategia adecuada a las demandas sociales de mayor bienestar social y de creación de empleo”. No que diz respeito especificamente à Espanha, o referido professor diz que

“(…) durante los años 80, el crecimiento de las experiencias de Desarrollo Local está reforzado por el proceso de descentralización político-administrativa, las políticas de creación de empleo, las políticas europeas y el creciente protagonismo de las sociedades locales en la gestión del desarrollo” (Martín, 1999).

É, quanto à relação da Espanha com as realidades iberoamericanas, acrescenta:

“Los geógrafos españoles se han despabilado en los últimos años y se han acercado a las realidades iberoamericanas. Las valoraciones y balances de esta situación - cambiante felizmente - presentan un avance notable desde comienzos de los años noventa bajo formas de convenios institucionalizados entre universidades, el aumento de la docencia geográfica sobre América Latina en la Licenciatura y los Programas de Doctorado de Tercer Ciclo” (Martín, 1999).

Retomando a questão do desenvolvimento local no ambiente universitário brasileiro, da maneira como vimos há pouco, detecta-se algo bastante curioso: a iniciativa de abertura desse privilegiado espaço de debate vem sendo tomada pelo pessoal da área da Geografia, não pelo da Economia (como aconteceu com o chamado “desenvolvimento regional” e seus desdobramentos: “urbano”, “rural” e outros como “industrial”, “agropecuário”, “meio-ambiental”, “infra-estrutural”, etc.) e muito menos da Sociologia ou Ciência Política. É o que se passou na Universidade de São Paulo e aqui na Universidade Católica Dom Bosco, neste caso em perfeita harmonia com o pessoal da Economia e de todas as demais áreas de conhecimento em destaque na Universidade. Aliás, pelo visto anteriormente, ficou a impressão de que o pessoal da Geografia tornou a dianteira também na Universidade Complutense de Madri e, de modo geral, na própria Espanha.

No momento, esta observação se limita a mera curiosidade. Entretanto, pressinto que constituirá, em futuro próximo, matéria para amplo debate acadêmico.

4. Desenvolvimento Local: questões conceituais nebulosas

Há mais de dois anos travam-se, na Universidade Católica Dom Bosco, iteradas e intensas discussões sobre desenvolvimento local, nas quais tenho observado que ainda permanecem questões muito nebulosas no horizonte conceitual do que venha a significar de fato “desenvolvimento local”.

Independentemente dos momentos em que estas questões foram percebidas, as ordenei na seqüência abaixo em vista de que a elucidação de uma subsidia a análise da outra, da primeira (4.1) à quarta (4.4). Por outra, ênfase que as posições que tomo em relação a essas questões não minimizam e muito menos contradizem os esforços de conceituação descritiva encetados pelos autores das conceituações a que me refiro adiante. Pelo contrário, a intenção é a de que essas posições apenas contribuam para o avanço, em amplitude e profundidade, do que efetivamente se entenda por “desenvolvimento local”, pois concordo perfeitamente com a chamada de atenção do Prof. José Carpio Martín, no texto já mencionado, de que este assunto (desenvolvimento local) deva ser tratado “con toda la prudencia a que abliga la teorización sobre un proceso ‘de carácter emergente’ (...)”.

4.1 Qual é o núcleo essencial do conceito de “desenvolvimento local”?

Analisando dez conceituações descritivas de autores diferentes, oito transcritas por González (1998:6), a do Conselho da Comunidade Solidária² e a do Consejo Económico y Social (CES) da União Européia, de 1995, adotada pelo Prof. José Carpio Martín, esta última me pareceu mais aprimorada, em virtude até dos destaques feitos pelo referido professor, por isso a reproduzo:

“El desarrollo local es el proceso reactivador de la economía y dinamizador de la sociedad local, mediante el aprovechamiento eficiente de los recursos endógenos existentes en una determinada zona, capaz de estimular y diversificar su crecimiento económico, crear empleo y mejorar la calidad de vida de la comunidad local, siendo el resultado de un compromiso por el que se entiende el espacio como lugar de solidaridad activa, lo que implica cambios de actitudes y comportamientos de

grupos e individuos”.

A partir da definição, o próprio Prof. Carpio Martín (1999) enfatiza as características principais do desenvolvimento local: “(...) conjunto de procesos, comunidad definida, el territorio. ‘lo local’ como espacio pluridimensional, con una identidad social e histórica, un espacio para la convivencia y el empleo, un espacio con una comunidad de interés para potenciar el desarrollo”.

Como que procurando detectar a “semente” lá no âmago do contexto descritivo de uma “laranja” inteira, já que esta existe em função daquela, e concordando com as ênfases do Prof. Carpio Martín, acima, me venço cada dia mais³ de que o “núcleo conceitual” do desenvolvimento local consiste essencialmente no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma “comunidade definida” (portanto com interesses comuns e situada em determinado território ou local com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma se tornar paulatinamente apta a agenciar e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, planejar, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios, assim como a “metabolização” comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

4.2 Desenvolvimento local significa desenvolvimento *no* local com a participação da comunidade?

As conceituações descritivas analisadas, a que me referi no item anterior, embora bem formuladas, deixam margem a entendimento de que o desenvolvimento local se refere apenas à melhoria de vida de uma comunidade localizada desde que a mesma participe do respectivo processo. Isto, porque normalmente as descrições fenomenológicas realçam as propriedades ou características dos objetos, a que dizem respeito, no sentido das mais gerais para as mais particulares e de fora para dentro do fenômeno, mas nem sempre se concluem pela síntese ontológica do “que é” ou “significa” o objeto conceituado, no caso o desenvolvimento local. Via de regra, a conceituação ontológica só é de fato possível após

iterados exercícios de conceituações descritivo-fenomenológicas. E por haver convivido fenomenologicamente longos anos com a problemática do “desenvolvimento de comunidades localizadas” – faço alusão a isto no item 2 e em nota explicativa – e pelas influências de modesta formação filosófica de base, achei que poderia tentar contribuir (embora não me julgue nenhum *expert* no assunto), com o “passo-avante” do núcleo conceitual pelo qual se conclui a questão anterior.

Feitas essas observações, minha posição é a de que há diferença fundamental entre os significados de “desenvolvimento local” e de “desenvolvimento *no* local”, mesmo que com a “participação da comunidade”. Diria até que se trata de conceitos contrários (não contraditórios):

- desenvolvimento *no* local: quaisquer agentes externos se dirigem à “comunidade localizada” para promover as melhorias de suas condições e qualidade de vida, com a “participação ativa” da mesma;
- desenvolvimento local: a comunidade mesma desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, “metabolizando” comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos.

No primeiro caso, os agentes externos são os promotores do desenvolvimento e a comunidade apenas se envolve participando. No segundo, a própria comunidade assume o agenciamento do seu desenvolvimento e os agentes externos são os que se envolvem participando, inclusive no sentido de “combustíveis” e “baterias” que acionam o “motor da comunidade” para que ela mesma pouco a pouco se torne capaz de tracionar o progresso de suas condições e qualidade de vida, sob todos os pontos de vista (social, econômico, cultural, etc), inclusive no que se refere à contínua atração e metabolização de contribuições exógenas alimentadoras.

4.3 Que são e como interagem fatores exógenos e endógenos no processo de desenvolvimento local?

Tentando formar a idéia geral sobre que são os fatores exógenos, diria que há cerca de 30 anos quase todos eles eram bem visíveis e destacáveis, pois se referiam a oportunidades

de acesso das comunidades localizadas a serviços e bens que extrapolavam suas fronteiras, como: energia elétrica, água canalizada, saneamento básico, condições de emprego (já que a oferta de emprego em escala recaía na área empresarial, sobretudo nos setores de indústria, comércio e alguma coisa no da prestação de serviços), estradas, aumento de vagas em escolas públicas, assistência médico-hospitalar, como também financiamentos de moradias, de produção, de bens de consumo, e assim por diante. Aliás, até a década de 60 a sobrevivência de núcleos urbanos de muitas comunidades localizadas as levou a iniciativas, em todo o Brasil, de autoprovimento principalmente de água, energia e outros, através de cotizações, mutirões e similares. Após 1964, o governo militar “passou a borracha” em todas essas iniciativas locais, centralizando os serviços em megaempresas públicas, estaduais e nacionais, em maioria hoje privatizadas, melhorando a quantidade e qualidade dos serviços mas, ao mesmo tempo, empobrecendo as localidades sob três aspectos: esvaziamento de iniciativas no nível das comunidades locais; deslocamento das fontes de renda e chances de emprego para os centros urbanos estratégicos e maiores (hoje também sitiados por carência, miséria e marginalidade), embora, e contraditoriamente, onerando toda população com pesadas tarifas, calculadas à revelia da mesma; abertura das comunidades interioranas e periférico-urbanas para a exploração “político-eleitoreira-promesseira”, verdadeiro crime social só corrigível pelo surgimento de lideranças políticas visceralmente comprometidas com a teoria e prática do desenvolvimento local.

Hoje, as influências dos fatores exógenos se sofisticaram muito graças ao avanço científico-tecnológico mundial, com rápida e eficiente penetração inclusive nos lares de regiões e comunidades, não importa muito onde se situem, através dos meios de comunicação modernos, sobretudo rádio e televisão, ambos já de alcance bem popular, e a Internet, o mais refinado de todos. Se antes só pela mediação de alguns tipos de liderança as comunidades interioranas tomavam conhecimento de suas próprias deficiências e carências, no tocante a condições e qualidade de vida em relação ao que havia lá fora, hoje

o fazem diretamente e no nível de lares ou indivíduos, tendo a oportunidade de comparar e até de criar necessidades tanto de bem-estar construtivo quanto de consumismo e *status* degenerativos de seu equilíbrio sócio-pessoal.

Sumariando, os fatores exógenos do desenvolvimento local são aqueles externos ao contexto de cada comunidade localizada que, de um lado, podem ou devem contribuir para o progresso social, cultural e econômico da mesma, em equilíbrio e harmonia com o meio-ambiente que lhe dá suporte e condições básicas de vivência, ou, por outro, o limitam e dificultam.

Em contrapartida, os fatores endógenos do desenvolvimento local se constituem daqueles potenciais, dinamismos e forças tanto individuais, familiares e coletivos quanto físico-ambientais presentes explícita ou implicitamente no cotidiano de cada comunidade localizada. A título de exemplificação, são fatores endógenos: os interesses e objetivos comuns, a identidade social, cultural e histórica, a diversidade de funções individualizadas (pedreiro, costureira, administrador, contador, marceneiro, etc, etc.), muitas das quais isoladamente mal garantem a sobrevivência individual ou familiar mas que, se mobilizadas, somadas e canalizadas, constituem autênticas e concretas forças de alavancamento de progresso coletivo que a todos beneficiam; sindicatos, associações, igrejas, condições hídricas e de solo; e assim por diante.

Em separado, enfatizo o fator endógeno que julgo mais fundamental, o potencial de capacidade que cada comunidade tem de se despertar, mentalizar, mobilizar, mesmo que com algum tipo de “empurrãozinho” externo, e de edificar paulatinamente o seu progresso em todas as dimensões (infra-estrutural, social, econômica, cultural, meio-ambiental, etc). Este é o “estopim” de desencadeamento do processo de desenvolvimento local, como espero haver deixado bastante claro na experiência narrada no item 2 e na resposta à primeira questão em 4.1.

No que respeita a *como* os fatores endógenos e exógenos se interagem no processo de desenvolvimento local, convém frisar que nem os primeiros e nem os segundos, isoladamente, significam ou produzem desenvol-

vimento por eles mesmos. Em verdade, todos eles se limitam a meras condições para o desenvolvimento, como o fato de contar com o macarrão que posso comprar lá fora e a batata que tenho no meu próprio quintal, mas que ainda assim não são vida para mim. Tornar-me-ão vida se os compro ou colho, se os preparo e ingiro, evidentemente munido da “capacidade metabólica” de captar os seus nutrientes e transformá-los em sangue que irrigue os vasos capilares de todo o meu organismo. Esta analogia se aplica muito apropriadamente ao caso da capacidade metabólica da comunidade localizada em relação aos fatores ou condições de desenvolvimento que lhes são exógenos e endógenos, observando-se que inclusive estes últimos precisam ser explicitados, no âmbito comunitário, dado que o estado de inconsciência, desmotivação ou complexo de impotência da comunidade a leva simplesmente a desconhecê-los, a mini-mizá-los se conhecidos ou até a considerá-los como tropeços para o seu progresso.

Em síntese, “(...) há que se somarem e necessariamente interagirem estratégias de dinâmicas exógenas e endógenas, visto que a primeira sem a segunda se afiguraria a mera ‘caiação desenvolvimentista’ (...) e a segunda sem a primeira funcionaria como mecanismo de puro isolamento societário” (Ávila, 1999:26).

4.4 Pode-se pensar em desenvolvimento local para amplitudes locais tão abrangentes como as de um Estado, as do Estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo?

A resposta não é tão simples como parece. Já até ouvi pessoas sérias deixando transparecer essa possibilidade em conversas ou discussões gerais sobre o assunto. E em tese há realmente aparência de possibilidade, porque a caracterização teórico-conceitual descritiva de “desenvolvimento local” se refere a “local” como sendo o de uma comunidade situada em determinado horizonte territorial, com sentimentos, interesses, objetivos e identidade histórico-social comuns, como vimos na segunda questão (4.2). Isto dá margem a se pensar que não só Estado (Unidade da Federação) como também grandes Regiões, principalmente as

com maior quantidade e intensidade desses elementos comuns, constituem cenários-alvos diretos do desenvolvimento local. No Brasil, duas Regiões pelo menos se destacam nesse sentido: em primeiro lugar a Nordeste, abrangendo nove Estados, e a Sul com três. Cada uma delas é caracterizada por forte quantidade e intensidade de sentimentos, interesses, objetivos e identidade histórico-social comuns; e, da mesma forma, esses caracteres até mais se definem e intensificam em cada um dos Estados que as compõem: logo, é possível cogitar em desenvolvimento local tanto no nível desses Estados quanto nos das respectivas Regiões? – Se ainda acha que desenvolvimento local significa a mesma coisa que desenvolvimento *no* local (cf. segunda questão), a sua resposta talvez seja até afirmativa, porque a sua idéia é a de que o desenvolvimento poderá ser levado de forma exógena ao local. Agora, se você admite comigo que o autêntico desenvolvimento local é aquele que emerge do desabrochamento de capacidades, competências e habilidades no âmbito e do seio da própria comunidade, isto é, “de dentro para fora” (como foi abordado na primeira questão), aí você percebe que a delimitação desse “território-comunitário” é bastante complexo. Isto, porque ao se evitar ampliá-lo demais (para que de fato as capacidades, competências e habilidades do autodesenvolvimento se capilarizem com profundidade em toda a comunidade), pode-se incorrer no extremo oposto de se pretender reduzi-la em excesso, à de um clã familiar por exemplo: “*in medio virtus*” (a virtude se situa no meio, não nos extremos) já dizia o provérbio romano.

Mas, qual é a “comunidade média ideal” em termos de desenvolvimento local? – Não há receita para dimensioná-la. Há, sim, pelo menos duas referências norteadoras que ajudam a ponderá-la. A primeira é a de que o processo do autodesenvolvimento (sempre implicando os fatores endógenos e exógenos enfatizados na terceira questão) “contamine” todos os componentes da comunidade, diretamente ou pela mediação de suas hierarquias e lideranças internas; do contrário, o que pelas aparências aqui fora a gente pensa que é autêntico desenvolvimento local, lá no próprio local pode estar sendo apenas

privilegiadas oportunidades de manipulações e explorações internas, inclusive com a ajuda e os aplausos externos. E a segunda referência consiste em conhecer pelo menos noções sociológicas elementares (Pierson, 1968) a respeito das duas formas básicas de se relacionar que a espécie humana vem cultivando desde a sua origem, a dos “relacionamentos primários” e a dos “relacionamentos secundários”, que constituem as características fundamentais de configuração, respectivamente, das categorias associativas denominadas “comunidade” e “sociedade”. Vou tratar sucintamente dessas formas de relacionamento para, em seguida, propor algumas sugestões que, espero, auxiliem no processo de delimitação de “comunidades-alvos” em termos de desenvolvimento local.

Que são “relacionamentos primários”? – Consistem naquela cadeia de contatos e vínculos que as pessoas vão paulatina mas constantemente formando entre elas, ao longo de suas cotidianidades de vida, de maneira fortuita, espontânea e informal: por eles as pessoas se conhecem, se avaliam e se controlam, assim como conhecem, avaliam e controlam o ambiente comum de suas existências. Esses laços de vinculações interpessoais se iniciam, expandem e consolidam do âmbito da vizinhança para os de bairro, de cidade, e assim por diante, ensejados tanto pelos contatos pessoais diretos quanto pelos mediados por amigos/conhecidos de nossos amigos/conhecidos: filhos, parentes em geral, companheiros de escola, de lazer, de profissão, de igreja, de opção ideológica, e assim por diante.

É preciso frisar, no entanto, que quanto mais próximos e iterados são esses relacionamentos no âmbito de vida das pessoas tanto mais densos e comuns tendem a ser os sentimentos, interesses, objetivos e perfis de identidade histórico-social-cultural das pessoas neles envolvidas. Entretanto, é necessário observar que há certos e comuns sentimentos, interesses, objetivos e perfis de identidade histórico-social que ultrapassam as fronteiras explícitas dos contatos interpessoais, extrapolando-se para dimensões maiores, como a de regionalidade (isto já foi referido atrás) e até a de nacionalidade, dado que falamos a mesma língua, temos consciência

de que vivemos em território que é nosso e de que, mesmo sem convivências diretamente interpessoais, os problemas nacionais a todos nos afetam da mesma forma que as conquistas exitosas também a todos nos enchem de orgulho.

Em síntese, os relacionamentos primários são mais profundos, intensos e numerosos nos âmbitos mais próximos, em termos das possibilidades de efetiva interação com as cotidianidades das pessoas e dos meios-ambientes em que constroem as suas vidas, diluindo-se, generalizando-se e rarefazendo-se à medida que essas oportunidades vão se desconectando e distanciando das aludidas cotidianidades.

Em vista disso, seria o caso de classificarmos o fenômeno dito “comunidade” pelo critério preponderante das respectivas dimensões territoriais, desdobrando-o em, por exemplo, “comunidade local”, “comunidade regional” (ou “estadual”) e “comunidade nacional”? – Isso talvez se possa pensar em relação a outros tipos de desenvolvimento, mas não ao que concerne efetivamente a desenvolvimento local. Prefiro, para este caso, simplesmente me referir a comunidade *stricto sensu* e comunidade *lato sensu*, cujas precisões conceituais dependem também do que se entende, a seguir, por “relacionamentos secundários”.

Os “relacionamentos secundários”, ao contrário dos “primários”, decorrem e se respaldam em regras formais (leis, regimentos, regulamentos, *mores*⁴ e quaisquer outros tipos de normas e decisões coletivas) de controle externo à personalidade de cada um, gerando o princípio jurídico de que “todos são iguais perante a lei”, sabendo-se que “todos”, aqui, são os abrangidos pelas jurisdições das respectivas leis, normas e decisões de alcance coletivo, não importando se a coletividade seja pequena ou grande. Na verdade, os relacionamentos secundários derivam de regras externas (às individualidades) de coesão e controle de grupos sociais, do menor ao maior, as quais, uma vez explicitadas e oficializadas, conferem ao(s) respectivo(s) grupo(s) a configuração de “sociedade(s)”.

Fundamentalmente, portanto, “sociedade” (de qualquer tipo e tamanho) se organiza e rege por “relacionamentos secundá-

rios” e “comunidade” (também de qualquer tipo e tamanho) por “relacionamentos primários”. Mas, qual é a linha divisória entre ambas, ou seja, onde termina a comunidade e começa a sociedade ou vice-versa? – Não há, de fato, essa imaginada linha divisória. Você pode estar, por exemplo, tratando de questões familiares com seus pais, irmãos ou vizinhos nitidamente à base de relacionamentos primários/comunitários, mas com o relógio trocado de pulso para não se esquecer de pagar a vincenda parcela do imposto de renda ou de cobrir o rombo do seu cheque especial (procedimentos de relacionamentos tipicamente secundários/societários). O exemplo inverso é o de você se encontrar societariamente numa reunião convocada para tratar assuntos de sua categoria profissional, mas profundamente preocupado porque soube ao chegar à reunião, pelo seu conhecido pedreiro que estava arrumando a calçada, que o seu vizinho fora acometido de enfarto à noite.

O que lhe posso afirmar é que há momentos em que você se engaja mais explícita e intensamente nos relacionamentos primários que nos secundários, e vice-versa, mas nunca escapa da simultaneidade. E quanto mais se aperfeiçoam nossas condições de vida tanto mais espaço e relevância ganham os relacionamentos secundários, embora jamais uma categoria venha algum dia a anular por completo a outra.

Voltando agora ao caso de comunidade *stricto* e *lato sensu*, imagine uma daquelas balanças antigas com dois pratos laterais e o fiel (ponteiro) bem no centro de equilíbrio dos dois pratos vazios. Analise as “performances de relacionamentos” de determinado grupo social, considerando inclusive sua dimensão territorial e sua interação meio-ambiental, e coloque num prato as performances de relacionamentos “primários” e no outro as de relacionamentos “secundários”. A comunidade *stricto sensu* será caracterizada pelo predomínio (quantidade, diversidade, relevância, etc.) dos itens de relacionamentos primários sobre os secundários, até o ponto de equilíbrio. E a comunidade *lato sensu* estará se configurando a partir do ponto de desequilíbrio em favor dos relacionamentos secundários.

Então, respondendo à questão formulada atrás, a “comunidade média ideal” para

efeito do desenvolvimento local é aquela *stricto sensu* em que haja certa (não exagerada) preponderância dos relacionamentos primários sobre os secundários ou no máximo se constate o equilíbrio entre essas duas categorias: a localidade demaziadamente primarizada é muito conservadora e fechada, tendendo a se manter no isolamento; e a muito secundarizada já se encontra esfacelada em termos de seus comuns sentimentos, interesses, objetivos, perfis de identidade e outros laços de coesão espontânea, sem os quais o desenvolvimento não emergirá de dentro para fora da própria comunidade, mesmo que à semelhança de “nascimento por parto induzido”, no qual os agentes e fatores externos não extrapolem os papéis de apenas “indutores”.

Ora, face a tudo o que foi dito sobre as quatro questões (a última em fase de conclusão), você acha, em sano uso de sua razão, que se poderia pensar em desenvolvimento local entendendo esse “local” como o Estado de Mato Grosso do Sul ou qualquer outro território de dimensões quiçá maiores e mais complexas? – Sim, se você não concordar com minhas posições e conseguir alinhar fundamentadamente outras melhores, o que contará com minha calorosa torcida visto que você estará contribuindo para que eu reveja toda a maneira de pensar sobre o assunto.

Todavia, e por enquanto, só acho possível e muitíssimo adequado cogitar não no “desenvolvimento local de Mato Grosso do Sul”, e amplitudes similares, mas no processo de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul estrategicamente lastreado e dinamizado pela multiplicação de iniciativas de desenvolvimento local, investindo-se estadualmente no autodesabrochamento comunitário dos respectivos potenciais e, ao mesmo tempo, respeitando, como também capitalizando, a diversidade de ritmos e características próprias de cada uma das comunidades locais que compõem de fato o Estado. Essa estratégia me parece inclusive totalmente adequada ao real desenvolvimento de grandes Regiões e até do Brasil como um todo. Aliás, enquanto isso não ocorrer, com certo grau de satisfatoriedade, o Brasil e todos os países subdesenvolvidos se limitarão a serem colonizados *pelo e para-o*

desenvolvimento externo, isto é, desenvolver-se-ão tão somente como “consumidores de desenvolvimento” dos países hegemônicos.

Mas, voltando à questão da comunidade média ideal para desencadear o desenvolvimento local, que – reiterando – jamais me parece ser a de amplitude estadual ou regional, estou certo de que você está querendo fazer a seguinte pergunta: “dada a complexidade do critério de ponderação ou equilíbrio entre os chamados relacionamentos primários e secundários (cf. a alusão à balança um pouco atrás), não há meio mais fácil e prático de detectá-la?” – Pois, em se tratando de Brasil e na minha opinião, há sim: são as “comunidades municipais”, muitas das quais à espera de algum tipo de “empurrão” que as desperte, sobretudo em termos de auto-estima e confiança, para o seu próprio desenvolvimento. Nesse nível de comunidade, à exceção talvez das de grande porte, os relacionamentos primários e secundários tendem a se equilibrar muito bem dado que a sede municipal constitui o ponto de confluência inclusive das interações espontâneas e informais dos bairros e/ou distritos e a municipalidade como um todo constitui local já demarcado e jurisdicionado por regras oficiais de procedimentos/relacionamentos internos e externos (políticos, administrativos, sociais, empresariais, orçamentários, e assim por diante), podendo até se autorregular normativamente em matérias constitucional e legalmente de sua alçada. Todavia, qualquer municipalidade, por menor e mais homogênea que pareça, se desdobra em comunidades de bairros e/ou distritos, com potenciais e características que as diferenciam profundamente entre elas. Então, me parece lógico, correto e saudável que o desenvolvimento local se proceda de fato a partir dessas comunidades e se articule, dinamize e equilibre, no âmbito de toda a municipalidade, através de meios estrategicamente planejados para isto, como os da criação de conselho municipal de desenvolvimento⁵ e outros, capazes de monitorar o processo no sentido de que toda a municipalidade se desenvolva pela soma de progresso das comunidades de bairros/distritos, mas respeitando os potenciais e ritmos próprios de cada uma delas.

5. Concluindo por quatro pressupostos de cunho preponderantemente educacional

Tudo o que se falou até aqui se refere a “pressupostos formativos”, concernentes a “pesquisa de formas” ou de mais elementos para a melhor explicitação da “significação conceitual”, com respectivos “valores” implícitos, do desenvolvimento local. Agora, chamo a sua atenção para “quatro outros de cunho mais educacional”, porque referentes à extensão da significação e dos valores aludidos acima à “práxis operacional”, em termos de planejamento e desencadeamento do desenvolvimento local:

5.1 Pessoas, equipes, organizações e instituições que pretendam se dedicar à práxis do desenvolvimento local precisam também se desenvolverem localmente.

O que quero dizer é que não bastam conhecimentos intelectuais e vibrações emocionais para se lançar à práxis do desenvolvimento local genuinamente concebido.

A tarefa de levar desenvolvimento a comunidades é relativamente fácil, porque hoje se resolve inclusive por interesses político-administrativos e/ou econômicos respaldados em disponibilidade financeira: pode-se até “comprar o desenvolvimento” para uma determinada localidade com dinheiro legítimo ou ilegítimo, através de isenções indiscriminadas de impostos, por interesse de proximidade e posse dos recursos naturais, para agradar o eleitorado, ou até por mero assistencialismo.

Mas trabalhar para que as próprias comunidades conheçam o que são e o que têm e, com base nisso e em sua capacidade metabolizadora de fatores externos, se desenvolvam “de dentro para fora” (isto é, assumam as rédeas de seus destinos comuns), implica radical metamorfose de nossa secular cultura desenvolvimentista: requer clareza de intenções, coragem de “remar contra a maré” político-econômica mundialmente vigente e, sobretudo, perspicácia, pertinácia, competência e habilidades de influir sem impingir, de ajudar sem forçar e, enfim, de “contaminar a comunidade” para que paulatina e processualmente conquiste a capacidade da

permanente construção do autodesenvolvimento.

5.2 As funções de todos os agentes (ou *actores*, como se emprega muito em espanhol) externos – economistas, engenheiros de todas as especialidades, químicos, psicólogos, advogados, professores, etc. – que se envolverem em processo de desenvolvimento local se configurarão fundamental e estrategicamente como de cunho formativo-educacional.

Trata-se, em verdade, de uma decorrência do pressuposto anterior (5.1.), pois o eixo conceitual essencial do desenvolvimento local será a referência comum de todos, em equipe e individualmente, que se envolverem no respectivo processo tanto para vivenciá-lo quanto para colaborar por sua impregnação ou ativação capilarizada no âmbito comunitário. Mesmo em se tratando de especialidades tecnicamente bem delimitadas, os concernentes profissionais atuarão como formadores-educadores-comunitários e não enquanto meros executores técnicos.

5.3. A metodologia de trabalho dos agentes externos implicará estratégias como a da “Prática Reflexiva” de Donald A. Schön (1995), compreendendo a “reflexão para a ação, a reflexão na ação, a reflexão sobre a ação e a reflexão sobre a reflexão”.

Embora Schön tenha concebido e sistematizado essa estratégia metodológica visando diretamente a formação de professores para a educação escolar, a sua dinâmica funcional, a indicada acima, se aplica perfeitamente ao trabalho dos agentes externos do desenvolvimento local, até por que eles também se configuram como autênticos educadores comunitários (vimos em 5.2).

Uma outra estratégia metodológica talvez possível de ser adaptada para este caso é a do “PBL” ou “*Problem-Based Learning*”, a “Aprendizagem Baseada em Problemas” (Moraes, 1988) implantada em 1969 na área de Medicina da Universidade McMaster, do Canadá, e hoje estendida a vários países. No Brasil, a Faculdade de Medicina da Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília (FANEMA) a adotou com sucesso desde 1997,

seguida por áreas de Ciências Médicas de outras instituições universitárias. Vale a pena verificar se essa metodologia pode de fato ser aproveitada no processo de educação comunitária para o desenvolvimento local.

5.4 Todas as conquistas comunitárias precisam ser explicitadas, comemoradas e difundidas

A explicitação, a comemoração e a difusão de quaisquer êxitos comunitários, dos menores aos maiores, funcionam como reagentes de elevação da “adrenalina” de todos os integrantes da comunidade, pois é por aí que as conquistas são socializadas e de fato assumidas como bens-comuns. São, ainda, eficientes meios estratégicos de construção da auto-estima comunitária, em razão de que agem como fenômenos estimuladores de engajamento, colaboração e partilha nos campos das idéias e ações. As comemorações, por vezes inclusive celebrações, fortalecem sempre os laços informais e formais de coesão e visão comunitárias, por isso nunca podem ser esquecidas ou banalizadas no processo de implementação do desenvolvimento local. Assim, como disse na introdução, o tema “formação educacional para o desenvolvimento local” é extremamente rico e complexo para ser exaurido no espaço de um artigo. Muito provavelmente surgirão outras ocasiões de voltarmos a ele.

Notas:

¹ Trabalhando no Ministério de Educação, Cultura e Desportos, denominação do MEC à época, e percebendo o que se pensava ao nível nacional, inclusive no contexto educacional, em termos de “desenvolvimento para as comunidades” e não de “desenvolvimento das próprias comunidades” concretamente localizadas, resolvi assumir a dianteira e produzi um estudo, em 1984, intitulado *No município a educação básica do Brasil*, o qual foi editado em livro pela Secretaria de Educação do Estado de Alagoas e lançado primeiro no Salão Nobre do Congresso Nacional, em 16 de maio de 1985, por iniciativa da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e o apoio da Comissão de Municípios do Senado Federal, e em seguida no *Seminário Nacional sobre Gestão Municipal e Educação na Nova República*, centrado na temática do livro e promovido pela citada Secretaria de Educação do Estado de Alagoas, em Maceió, de 13 a 14 de junho de 1985. Sobre essa temática, elenquei pelo menos mais oito eventos de abrangência nacional e regional realizados após o

lançamento do livro (cf. *No município a educação básica do Brasil*, Campo Grande: Editora UCDB, p.75-76. O livro consiste no relançamento atualizado e ampliado da versão publicada em 1985). Além disso, publiquei artigos sobre a questão, os quais vêm relacionados na bibliografia.

² Conceito de “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)”, durante a “Oitava Rodada de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária”, constante do documento da UNESCO intitulado “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - Primeira Seleção de Projetos para Capacitação de Lideranças Comunitárias Locais Instituída pela UNESCO”, também denominado “Termo de Referência que esclarece os mecanismos de habilitação para o Programa Comunidade Ativa”, anexo ao ofício da Secretária de Gestão do Ministério do Orçamento e Gestão, de 12/07/99, já referido anteriormente.

³ Poderia dizer que pressentia isso em minha infância, vivida em bairro afastado de zona rural, onde os mutirões de ajudas mútuas, a manutenção da única e precária escola dita “primária”, a conservação das estradas de carro-de-boi, a limpeza dos córregos e riachos, e tudo o mais, se faziam em regime de cooperação e cotização de todos os tipos de pessoas, que, nessas ocasiões, passavam por cima até de históricas desavenças pessoais ou familiares. Em 1968-1971, testei esse antigo e constante pressentimento na comunidade distrital de Pratinha, conforme descrevi no começo. A partir de 1984, comecei a sistematizar por escrito esse núcleo conceitual de desenvolvimento local, o qual constitui a tônica de praticamente todas as matérias elencadas na bibliografia, publicadas desde 1985.

⁴ “Mores”, segundo Pierson (1968), são costumes cristalizados, consagrados e arraigados numa determinada coletividade como regras de convivência e controle social. Exemplos clássicos de mores eram os Dez Mandamentos para a antiga sociedade judaica, mas eles ainda existem por toda parte, muitos dos quais aos poucos se transformando em normas formais por regulamentação oficial.

⁵ O livro *No município sempre a educação básica do Brasil* e o livrete *Municipalização para o desenvolvimento*, ambos elencados na bibliografia, abordam teórica e operacionalmente esta questão de maneira bastante detalhada.

Referências Bibliográficas:

- ÁVILA, Vicente Fideles de. Considerações sobre gestão integral de educação e outros serviços básicos no município. *Revista Brasileira de Administração da Educação*. Porto Alegre, Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (ANPAE), v.5, n.2, jul./dez. 1987.
- _____. Escola básica: municipalização e acesso democrático. In: *Revista Pro-Posições*. Campinas, UNICAMP/Cortez, n.1, mar. 1990.
- _____. Municipalização do ensino: da falácia utópica ao realismo competente. In: *Revista Tecnologia Educacional*. Rio de Janeiro, ABT, n.199/120, jul./out. 1994.

- _____. *Municipalização para o desenvolvimento*. Campo Grande, UFMS, 1993.
- _____. *No município sempre a educação básica do Brasil*. 2.ed. (revisada e ampliada). Campo Grande, UCDB, 1999 (1.ed.: 1985).
- _____. Repensando a relação estado/municípios: uma sugestão para o Governo de Mato Grosso do Sul. *Série Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*. Campo Grande, UCDB, n. 4, nov. 1996.
- CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico Nova Fronteira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.
- GONZÁLEZ, Román Rodrigues. La escala local del desarrollo - definición y aspectos teóricos. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano 1, n. 1, Salvador, nov. 1998.
- LOTHELLIER, Alexandre. La formation en question. In: INSTITUT DE FORMATION ET D'ÉTUDES PSYCHOSOCIOLOGIQUES ET PÉDAGOGIQUES. *Formation 1 - quelle formation?* Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1974.
- MARTÍN, José Carpio. Nuevas realidades en el desarrollo local en España e Iberoamérica. In: *Seminário Internacional sobre Perspectivas de Desarrollo en Iberoamérica*. Santiago de Compostela, maio de 1999.
- MORAES, Magali Aparecida Alves. *A interdisciplinaridade e a aprendizagem baseada em problemas (PBL)*. Projeto de Pesquisa de Doutorado. Marília, UNESP.
- PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo, Melhoramentos, 1968.
- SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António (org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa, Dom Quixote, 1995, p. 77-91.